

TRIBUNA DA CIDADE



DF - saúde Trama contra a saúde

MARIA JOSÉ MANINHA

A saúde pública tem uma doença que atinge todos os estados brasileiros e o Distrito Federal: escassez de dinheiro. O caso do DF é mais grave. Por lei, a União é obrigada a repassar os recursos para manter a rede de saúde pública do DF. O volume de repasse não é o ideal, mas daria para atender bem à população de Brasília se a rede não fosse congestionada por pacientes do Entorno, do Norte e do Nordeste. Só no Hospital do Gama, 74% dos pacientes são de outros estados. Não se trata, portanto, de nenhum privilégio. Ao contrário, a população do DF acaba sendo punida por ter que dividir seu sistema de saúde com pacientes que não conseguem atendimento médico-hospitalar em seus estados. Assim, o que para uns pode parecer regalia, para nós é sacrifício.

Sacrifício por quê? Porque o Governo Federal reduziu, drasticamente, os recursos. Somente para manter a Saúde, Educação e Segurança, o GDF precisaria, este ano, de R\$ 2,14 bilhões. A afiada navalha do ministro do Planejamento, José Serra, degolou R\$ 765,6 milhões, destinando apenas R\$ 1,38 bilhão do orçamento da União de 1996 para o DF, um corte de 24% em relação a 1995.

O estilo "motosSerra" ganhou o Congresso Nacional. Lá, o deputado Pedrinho Abraão (PTB-GO), relator das emendas da bancada do DF, serrou as propostas que destinavam R\$ 719,8 milhões à Saúde e Educação, deixando apenas R\$ 20 milhões para o metrô e R\$ 60 mil para tíquete-refeição. Cortou, assim, o bônus e deixou o ônus. Perdemos os recursos e ficamos com os doentes.



"Há mais sujeira no ar. Há outros motivos nitidamente eleitorais e ideológicos"

O Governo Federal justifica os cortes alegando contenção de gastos. Pura falácia. Dinheiro da saúde não é gasto, é investimento. Gasto - aliás, desperdício - é torrar R\$ 17 bilhões para socorrer bancos falidos como o Econômico e o Nacional. Há, na verdade,

mais sujeira no ar do que no Projeto Sivam. Há outros motivos, nitidamente eleitorais e ideológicos.

Estamos num ano eleitoral. Só o DF não vai às urnas. O resto do País elegerá vereadores e prefeitos, a base para a eleição presidencial de 1998. A grande maioria dos parlamentares do Congresso Nacional, naturalmente, está preocupada em levar recursos para as suas bases, irrigando com dinheiro público o terreno para a eleição de seus candidatos. Assim, o que puderem tirar do DF, não hesitarão em fazê-lo. Aplica-se, aqui, a velha regra neoliberalista do "primeiro os meus".

As consequências dessa trama são refletidas nas áreas mais sensíveis do serviço público: Saúde, Educação e Segurança. No caso da Saúde, o caos está armado. Alternativas emergenciais estão sendo adotadas. Arma-se a guerrilha para enfrentar a guerra. Mas o GDF, sozinho, não tem munição para segurar a batalha. É preciso que a sociedade brasileira reaja, assim como sempre reagiu às arbitrariedades palacianas tanto na ditadura quanto na democracia. O Palácio do Planalto, os ministérios, o Congresso Nacional estão bem pertos de nós. Boa parte da população trabalha nesses locais, convive com seus dirigentes, conhece os parlamentares que a cidade hospeda. Vamos pedir, negociar, apelar, pressionar, enfim, defender Brasília. É do nosso interesse, é nossa obrigação, é nosso direito como cidadãos.

Cruzar os braços e ficar se lamentando certamente não é a melhor estratégia. Se Brasília já enfrentou ditadores e colloridos, também pode enfrentar neoliberais. Reagir, portanto, é o santo remédio caseiro que Brasília pode dar ao Governo Federal para salvar a saúde do DF.

■ Maria José da Conceição, a Maninha, é deputada distrital pelo PT